

## ESTRUTURA PRODUTIVA: O NORDESTE BRASILEIRO NO SÉCULO XXI

*Maria Daniele Cruz dos Santos*

*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN*

[danielecruzeconomia@gmail.com](mailto:danielecruzeconomia@gmail.com)

*Antonio Jaldesmar da Costa*

*UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.*

[Jaldesmar\\_cdi@hotmail.com](mailto:Jaldesmar_cdi@hotmail.com)

*Francisco do O' de Lima Junior*

*Universidade Regional do Cariri – URCA*

[limajunioreconomia@gmail.com](mailto:limajunioreconomia@gmail.com)

*Aldineide Alves de Oliveira*

*UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte*

[aldialves2015@gmail.com](mailto:aldialves2015@gmail.com)

### GT 01: DINÂMICA URBANO-REGIONAL

#### **Resumo:**

O presente trabalho objetiva discutir a respeito da estrutura produtiva do Nordeste e do semiárido brasileiro nos anos 2000, buscando evidenciar os setores da agropecuária, indústria e serviços conformada em seus espaços no presente século. Para tanto, foi identificadas as concentrações produtivas das empresas através do ICN (Índice de Concentração Normalizado) para a região Nordeste, utilizando os grupos CNAE 2.0 de atividades econômicas e para o semiárido destacou-se a elaboração de mapas temáticos, ambos utilizando dados extraídos do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O ICN foi construído com a junção de três indicadores locais usados na literatura econômica regional: O QL (Quociente Locacional), IHH (índice de Hirschmann-Herfindahl) e o PR (Participação Relativa). Os mapas foram construídos com o software livre QGIS versão 2.18.10, além da utilização de bibliografias sobre o ordenamento espacial das estruturas políticas e econômicas no mundo e no Brasil. Para isso, esta pesquisa valeu-se de instrumentos estatísticos que apresenta alguns de seus resultados. Portanto, pode-se inferir que há uma predominância de empresas no setor de serviços em boa parte dos municípios semiárido brasileiro e que na região do Nordeste a alta concentração desse setor segue a tendência nacional, ou seja, potenciais não faltam para aproveitar o espaço sem perder as características centrais.

**Palavras-chave:** Estrutura Produtiva; Nordeste; Semiárido brasileiro; ICN; Setor de Serviços.

#### **01. Introdução**

O objetivo primário desta abordagem é trazer a discussão de como se situa a concentração da estrutura produtiva no Nordeste neste

(83) 3322.3222

contato@erespp.com.br

[www.erespp.com.br](http://www.erespp.com.br)

início de século XXI, bem como apresentar um quadro sucinto da localização espacial dos três grandes setores nos municípios semiáridos brasileiros: Agropecuária, indústria e serviços. Para a abordagem com o Nordeste, utilizou-se o Índice de Concentração Normalizado ICN, identificando as atividades concentradoras de empresas na região Nordeste. Os resultados encontrados são de uma estrutura de participação dos três setores, mas a concentração maciça do setor de serviços tanto em um quanto em outro território é alarmante, que será explicado detalhadamente em tópico apropriado.

Para entender a distribuição espacial das estruturas produtivas nos municípios semiáridos, foram construídos mapas que mostram a localização do agrupamento das empresas de ambos os setores e onde essas concentrações de cada grupo são mais fortes, evidenciando a forte participação de umas regiões para determinado setor.

A hipótese que norteia esta pesquisa é a de que o Brasil vem procurando se posicionar frente ao mercado internacional como um país produtor de manufaturas, iniciado na década de 30, incitado durante o século XX e início do XXI, porém nunca saiu da condição de dependência, ainda corre grande risco de desindustrialização nos centros nacionais e de reprimarização da economia, com a produção exportadora voltada para bens agrícolas ou do extrativismo. Esse quadro desfavorece ainda mais regiões como o Nordeste, tendo em vista que as propostas de desenvolvimento regional estão voltadas para pequenos núcleos já consolidados nacionalmente e as regiões que sequer conseguiram promover-se, a exemplo de boa parte do território semiárido, ficarão à mercê de uma estrutura produtiva incapaz de gerar um excedente que o retire da condição de subdesenvolvimento.

Algumas generalizações históricas acerca das mudanças do epicentro comandante da economia mundial são apontadas por Fiori (2007) e serão adotadas neste texto, que as subdivide em 11 tópicos, resumidos a seguir em quatro:

- A criação de poder que fortaleceu o atual sistema político mundial dos últimos 500 anos, não foi obra pura e simples do mercado e do capital em geral. Seria também subproduto da expansão internacional de algumas nações europeias que culminaram com a criação dos impérios coloniais.
- A articulação entre os estados territoriais que promoveram nesse período a maior máquina de acumulação já vista na história da civilização, promovida em certa parte pelas guerras conhecidas como uma estratégia de “integração destrutiva”.
- Expandir para sobreviver era o lema dos países centrais. Essa expansão promoveria a conquista de um poder global até a

monopolização absoluta, no surgimento do que Fiori (2007) chama de “império político e econômico” de abrangência mundial. Só que ela nunca se deu plenamente, tendo em vista que há uma dicotomia entre monopolizar e fortalecer o poder dos capitais nacionais, já que esta significaria a dominação de alguma dessas nações sobre outras.

- Ainda assim surgiram as potências mundiais, que são um grupo restrito de países sócios que comandam as relações. Mesmo existindo conflito de interesses, os capitais nacionais e os estados se unem em prol de um benefício comum que segundo Fiori (2007) no limite, fortalecido no enfrentamento das guerras.

Fiori (2007) compara as posições dos países dos BRICS e aponta um diferencial para o Brasil e para a África do Sul: permanecerem frente ao núcleo central desenvolvido na condição de “relevantes”, diferentemente da posição de conivente adotada pela China e a da Rússia, que garantiu após a dissolução da União Soviética seu arsenal militar e uma cadeira no G8.

Essas transformações internacionais do centro do poder relegaram aos países latino-americanos uma condição de subserviência, aguardando a definição do seu papel – feito pelas grandes potências – na divisão internacional do trabalho para começar o processo de produção. Seria talvez na visão de Furtado “a ausência de uma teoria do subdesenvolvimento”(MARIANI, 2004) que fosse capaz de explicar esse retrato e apontar os caminhos de seu melhoramento.

O desenvolvimento brasileiro ficou condicionado então a um segundo plano ao passo que contribuía com o desenvolvimento de outros países. Os espaços nacionais quando não foram por séculos explorados, viraram instrumento na construção e consolidação hegemônica de outras nações, enquanto reclamava um lugar ao sol e produzia para retroalimentar sua decadência (FIORI, 2007). Desde sua formação histórica, o processo de ocupação do território não foi muito convidativo no projeto de construção de nação e não há indícios de que esse projeto tenha sido pensado nos primeiros dois séculos pelos colonos. A maneira mais trágica de fixação da população, através de doação de grandes áreas territoriais, trabalho escravo e monocultura fez insurgir o atual quadro produtivo brasileiro.

O Estado durante a maior parte de século XX foi desenvolvimentista e conservador, patrocinou o desenvolvimento econômico em detrimento de políticas sociais como saúde e educação, por exemplo, as crises enfrentadas são resultado das decisões políticas e não técnicas como dizem em discursos tecnocráticos (BACELAR, 2003).

Os polos dinâmicos da economia Nordeste

representam concentrações de avanços e de transformações concretas em termos de nível de emprego e renda e da diversificação da economia nestes subespaços. Porém mesmo considerando tais avanços, ao Nordeste vem cabendo o papel de produção de bens intermediários, a expansão industrial identificada se dar principalmente a partir do fornecimento de matéria prima e atuando de forma a complementar a estrutura produtiva nacional (LIMA, 1994).

É inquestionável a necessidade de inserção das economias locais no processo de conexão global, intercalando as inter escalas nacionais, estaduais e municipais (BRANDÃO, 2012) num processo colaborativo e conectando os projetos de nação e regionalização para um único caminho de interesses compartilhados, mas isto não é aplicado ao caso do Brasil em todos os espaços, em particular, no Nordeste. Vê-se uma limitada área territorial que produz mais da metade da produção da região enquanto que o subespaço semiárido abriga pequenos núcleos sobreviventes, na corrida pela inserção no processo produtivo mundial. O projeto de planejamento encabeçado pelo Grupo de Trabalho para Desenvolvimento do Nordeste – GTDN passou por profundas transformações no decurso de sua implementação e “[...] no início da Sudene, modificações relevantes foram realizadas no embate ocorrido no interior do Conselho Deliberativo, no qual pontificavam os governadores das mais diferentes tendências políticas” (GUIMARÃES NETO, 2004).

De acordo com Lima (2012), o Nordeste brasileiro ainda persiste em condições de estagnação e miséria, com grandes desigualdades quando visto no cenário nacional, porém apresenta o que o autor chama de “manchas de expansão” que são subespaços de produção a exemplo do Complexo Petroquímico de Camaçari, o polo têxtil/confecções de Fortaleza entre outros, localizados em regiões polarizadas, que são fenômenos em andamento que representam um dinamismo da economia regional com tendência de homogeneização do processo de reprodução do Capital.

Estudos acerca da desindustrialização apontam para um processo de reprimarização da economia brasileira. No caso do semiárido, as políticas nacionais e de cunho estaduais tem apontado para um aumento da taxa de industrialização no seu território, bem como o aumento no número de estabelecimentos industriais como será visto mais adiante. Porém, a realidade ainda não aponta para um crescimento partindo desse setor, que predomina no território uma característica do setor de serviços e dos micro e pequenos empreendimentos.

Esse método do ICN foi sugerido por Crocco et al (2003) e Crocco et al (2006) e utilizado em trabalhos como o de Rodrigues et al

(2004), Dallemole (2010), Silva et. al. (2015), Santos e Alves (2016) e de Rosa e Raiher (2017) e auxilia na identificação de concentrações e especializações. Concentrada é a atividade produtiva que possui um número acentuado de empresas localizadas em um determinado espaço se comparado a uma macrorregião. Neste caso específico, a região analisada é o Nordeste em relação ao Brasil. As atividades consideradas aqui concentradas serão aquelas de maior representação no Nordeste a nível Brasil. Concentração também vale destacar que não significa o maior número de empresas no setor.

Uma hipótese a ser trabalhada para facilitar o entendimento sobre concentração está no fato de que um determinado setor Z possui 10 empresas na sub-região A, e na macrorregião essa mesma atividade possui 11 empresas. Nota-se uma forte participação desse setor nessa região A. Outra hipótese seria compará-la com outro setor Y desse mesma sub-região A, caso ele possuir 100 empresas, mas a macrorregião possui 2000, apesar de o número de empresas aqui ser absolutamente maior, elas estão dispersamente distribuídas entre outras sub-regiões o que descaracteriza concentração, mesmo que a quantidade de empresa seja maior do que da primeira.

Para efeitos de conhecer o índice, a formula que ele abriga é dada pela equação 1. Os trabalhos elencados contribuirão na construção do índice.

$$ICN = QL_n + IHH_n \text{ e } PR_n \text{ (1)}$$

Feita essa definição, o ICN foi utilizado com vistas a identificar as concentrações de grupos de atividade econômica segundo a CNAE 2.0 que tiverem alocadas na macrorregião Nordeste. Ele é o agrupamento de três indicadores regionais, o QL que é o Quociente Locacional que mensura aglomerações de empresas ou de empregos de determinado setor, o IHH que é o Índice de Hirschmann Herfindahl e contempla a mensuração do conhecido *Market Share* e o PR, que é a participação relativa de um setor em relação ao conjunto de regiões estudadas. Combinados através de Análise de Componente Principal - ACP através de seus respectivos pesos, bem como sua normalização, encontra-se o índice. A literatura orienta que para se determinar uma concentração, o ICN deve ser igual ou maior que 1.<sup>1</sup>

Os mapas foram elaborados com o software livre QGIS versão 2.18.10, com malhas municipais da base cartográfica do IBGE (IBGE, 2015) . Na construção do recorte semiárido, foram selecionados os 1133 municípios listados pelo Ministério da Integração Nacional (MI, 2005). Para cada município foi atribuído a quantidade de empresas atuantes dos setores no ano de 2015 de acordo com a CNAE 2.0 e especializado de acordo com suas referências de

---

<sup>1</sup> Maiores detalhes sobre o método podem ser conseguidos no trabalho de Silva et al (2015), link nas referências. (83) 3322.3222

coordenadas cartesianas (X,Y). o apoio na elaboração desse material seguiu os manuais disponibilizados pela processamento digital (SANTOS, 2017).

## 02. Concentrações produtivas do Nordeste

Os apontamentos elencados a seguir foram extraídos dos resultados das identificações das concentrações produtivas do Nordeste. Nota-se *a priori* que a indústria não foi capaz de derrubar antigas estruturas de dependência da região, relegando a ela um papel secundário nas estruturas produtivas nacionais.

Dos 282 grupos que registram empresas e empregos no Nordeste, apenas 13 apresentaram concentração e especialização, de acordo com a metodologia. Os demais são atividades dispersas e mais heterogêneas, que não apresentam concentração de acordo com o método.

**Tabela 1 - Grupo de Atividades Econômicas de acordo com a CNAE 2.0 que apresentaram ICN a partir de 1 na região Nordeste do Brasil**

CNAE 2.0 grupo	ICN*
Comércio Varejista Não-Especializado	6,5
Comércio Varejista de Equipamentos de Informática e Comunicação	3,7
Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos, Perfumaria e Cosméticos e Artigos Médicos, ópticos e ortopédicos	3,5
<i>Pecuária</i>	3,3
Comércio Varejista de Produtos Novos não Especificados Anteriormente e de Produtos Usados	3,2
Fundos de Investimento	2,3
Comércio Varejista de Material de Construção	1,9
Restaurantes e Outros Serviços de Alimentação e Bebidas	1,6
Construção de Edifícios	1,6
Comércio Varejista de Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	1,3
Serviços Combinados para Apoio a Edifícios	1,0
<i>Aquicultura</i>	1,0
Transporte Rodoviário de Carga	1,0

Extraídos a partir dos dados da pesquisa

\* Valores arredondados

Há uma alta predominância de grupos de atividades econômicas relacionadas ao setor de serviços, um setor que vem ampliando sua participação nas atividades econômicas nacionais de forma bastante expressiva. No ano de 1970, existiam no setor de serviços do Nordeste, 267.179 estabelecimentos segundo o IPEA (2017), chegando em 1995 a registrar 350.461. Esse

setor teve uma alavancagem média anual do número de estabelecimentos da ordem de 2,08%, fechando um crescimento nesse período de 31,17% no setor.

Algumas inferências podem ser destacadas: em primeiro lugar, a indústria no Nordeste não é e nunca foi forte o suficiente para alavancar quadros de desenvolvimento puxados por círculos virtuosos. A nova lógica mundial do século XXI de demanda por serviços cada vez mais diferenciados e apoiados em tecnologia tem afastado do setor produtivo os interesses capitalistas, que correm em busca de negócios cada dia mais rentáveis e voláteis.

Outra pincelada a se debater seria que o Brasil vem perdendo espaço na manufatura internacional, antes mesmo de se projetar na economia global como forte produtor industrial. Reestruturação produtiva saindo do epicentro manufatureiro – que não foi alcançado – para o setor mais amortecedor de impactos, que é o de serviços. Junto a essa lógica está atrelada a reprimarização da economia brasileira, que migra sua força tecnológica para desenvolvimento de produtos da pauta exportadora – soja e milho, por exemplo.

No caso do Nordeste, não há como analisar um processo de desindustrialização sem que este tenha alcançado plenamente essa composição setorial em seu território. Ademais, a fraca expressividade do setor só permite inferir que mesmo com o dinamismo empregado no período de JK, a indústria não adentrou em todos os espaços no Nordeste de forma a transformá-los rumo ao crescimento.

**Tabela 2 - Divisão dos grupos de atividade econômica que apresentaram concentração no Nordeste por grandes setores econômicos, número de empregos e empresas e sua representação em percentual em 2015**

Setor	Quantidade de grupos CNAE (empresas)	Empregos ativos em 31/12 (NE)	Empregos ativos em 31/12 (BR)	% empregos NE/BR	Empresas (NE)	Empresas (BR)	% empresas NE/BR
Indústria	1	267878	955053	28,05%	20327	96491	21,07%
Agropecuária	2	73341	537770	13,64%	15116	173649	8,70%
Serviços	10	1543135	9210258	16,75%	279589	1541288	18,14%
<i>Subtotal setores</i>	<i>13</i>	<i>1884354</i>	<i>10703081</i>	<i>17,61%</i>	<i>315032</i>	<i>1811428</i>	<i>17,39%</i>
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>8899279</b>	<b>48060807</b>	<b>18,52%</b>	<b>637614</b>	<b>3971108</b>	<b>16,06%</b>

Analisando a tabela 2, verifica-se que o grupo de atividades econômicas do setor de serviços foi responsável por 16,75% dos empregos do mesmo grupo a nível nacional, mostrando uma forte participação na composição do emprego nacional e regional. As investigações impetradas pelo GTDN não foram de

tudo atendidas, uma vez que se percebe uma lacuna a ser preenchida com o setor industrial na região Nordeste. Ainda que exista, os espaços ocupados limitaram-se as regiões metropolitanas no litoral e alguns micros polos nas capitais regionais do interior.

A nível de empreendimentos, o setor de serviços dos grupos de atividades observados registrou em 2015, 279.589 empresas, 18,14% do total de instituições dos mesmos setores a nível nacional. Esses números leva a inferência de que o setor de serviços não só está crescendo no Nordeste do Brasil, como gerando especialização em alguns setores. As políticas públicas de desenvolvimento regional podem voltar seus olhares para esse setor com vistas a promover seu crescimento de forma organizada e estruturada, contemplando assim os nichos informais poucos capitalizados e reestruturando as atividades produtivas que possuem características mais parecidas com o local.

Em relação ao setor agropecuário, nota-se uma especialização superior a indústria, com dois grupos de atividade. A pecuária e a aquicultura são atividades ainda predominantes no contexto regional, a primeira enraizada desde o Brasil colônia, a outra inserida nos novos moldes de aproveitamento dos potenciais endógenos das regiões, o fato é que são atividades que despontam no ano de 2012 forte concentração no nordeste brasileiro.

Dentro da atividade da aquicultura, pode-se destacar a produção de camarão no Ceará e no Rio Grande do Norte. Juntos, esses estados foram responsáveis em 2012 por mais de noventa por cento da produção nacional, evidenciando sua ampla especialização. A pecuária, atividade que não requer muita mão de obra no manejo, ainda se apresenta como atividade concentrada na região Nordeste e o semiárido é uma das principais localidades que retém os núcleos produtivos.

O projeto de industrialização do GTDN, no relatório “uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste” foi uma das poucas ações implementadas daquele relatório. Ainda assim foi um projeto que não surtiu o impacto que se almejada, de inserção econômica da região frente ao país. Uma das possíveis razões é que ao passo que o Nordeste foi se industrializando, as demais regiões aumentaram também sua participação na indústria nacional e sua produtividade, o que em termos relativos não consegue destacar o crescimento em relação ao Sudeste.

Claro que é inegável o aumento da participação do Nordeste graças as grandes inversões promulgadas no período militar para o seu desenvolvimento, porem as demais regiões permaneceram também em um ritmo acelerado de crescimento que não permitiu a igualdade ou aproximação do Nordeste e os

indicadores das regiões mais desenvolvidas.

Um quadro comparativo da industrialização no Nordeste e no semiárido pode ser detectado no mapa a seguir. A taxa de industrialização dos municípios semiáridos tem uma forte relação com os municípios que representam capitais sub-regionais segundo a Região de Influência das cidades – REGIC, de 2007. Essa relação mostra que os municípios tendem a crescer industrialmente em regiões que já apresentam indicadores de um desenvolvimento maior que seu entorno, bem como, apresenta um distanciamento de regiões que não conseguiram sequer promover algo no setor industrial, os tornando ainda foco menor de políticas que caminhem nesse sentido.

Nota-se uma forte taxa de industrialização, que é a razão entre o número de indústrias e o número de estabelecimentos, nas regiões que concentram um maior número de capitais sub-regionais, destacando-se os municípios do Ceará, rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

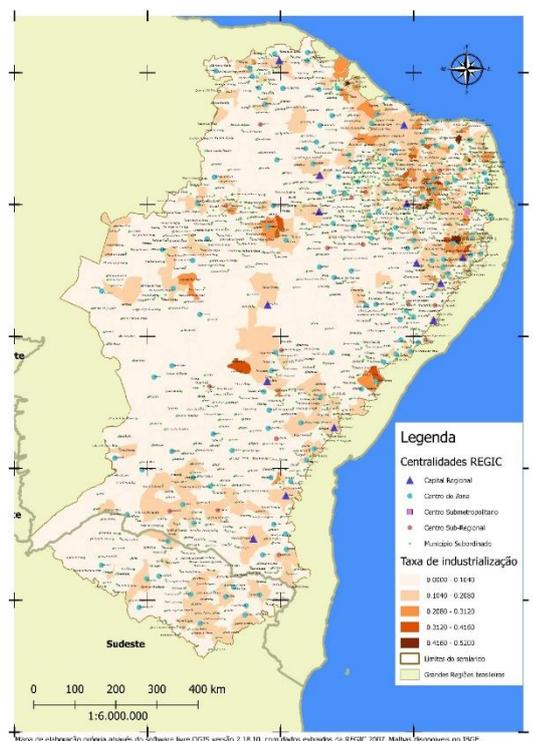
A Bahia, apesar de possuir um território maior, tem poucos municípios que tem uma taxa de industrialização que ultrapassa os 10%.

Percebe-se também uma concentração da taxa de industrialização de pequenos municípios. Isso pode se dar principalmente pela inexpressiva força produtiva empresarial dos lugares, que formaliza apenas as empresas que necessitam desse registro empresarial. Ou seja, pode estar atrelado também a informalidade das demais empresas a alta taxa de industrialização. Municípios como Toritama PE que possuem mais da metade das empresas industriais, mostra um pouco desse quadro que precisaria de estudos mais detalhados, cujos não são objeto deste trabalho.

Com o advento das mega construções para abarcar os eventos de copa do mundo e olimpíadas, o Brasil se inseriu num quadro de construção de *boulevard* como dirá David Harvey, no intuito de atender essas demandas. Inúmeras foram as obras de prédios, campos de futebol e ginásios para abarcar as exigências que os eventos necessitaram na época.

Porem *a priori*, quando se pensa em atividades industriais, a construção civil não é a ideia central que encaminha os projetos no curso do desenvolvimento das regiões, apesar de ser uma mola propulsora muito utilizada nos momentos de crise por países como China, Estados Unidos e a Itália, como se pode ver em vários seminários apresentados por David Harvey e em seu livro: “O enigma do Capital” (HARVEY, 2011). O enquadramento preconizado para a industrialização no Brasil teria sido aquele cujo aprofundamento da especialização se concentrasse na produção de bens

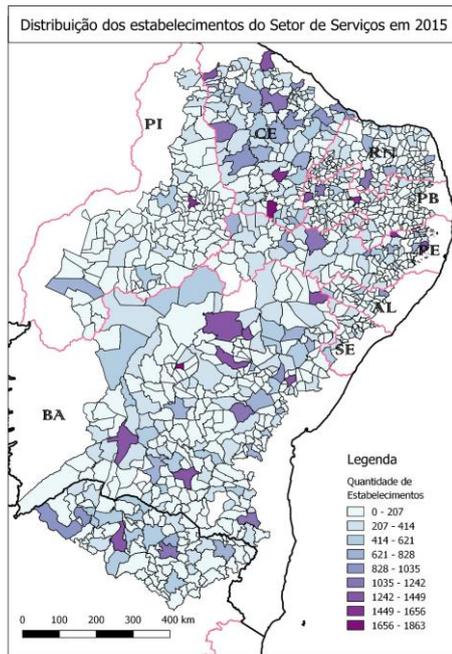
duráveis ou artefatos dessa natureza.



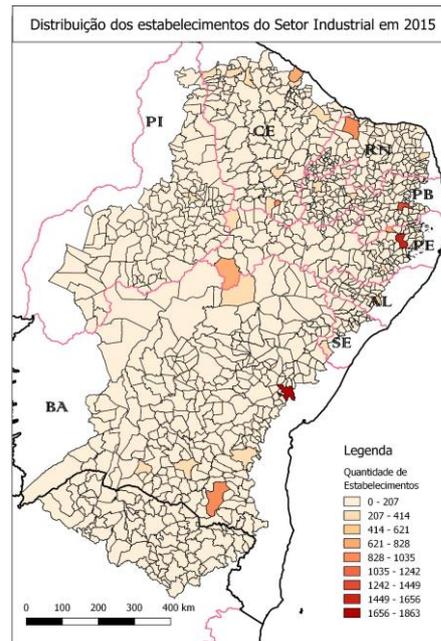
**Figura 1 - Mapa da espacialização da Taxa de industrialização nos municípios semiáridos – 2014**  
**Fonte: SIDRA IBGE (2017)**

A nível Brasil, o setor de construção de edifícios foi responsável por mais de 131 mil empresas só no ano de 2015 segundo a Pesquisa Anual da Indústria da construção. O SEBRAE classifica a indústria pelo porte de acordo com a quantidade de funcionários. Para o setor industrial, as empresas com menos de 20 são consideradas Microempresas. No Brasil, essa configuração empresarial predomina e no Nordeste principalmente, pois somente em 2015 foram registradas 19157 empresas na região e delas, 16644 (86,88%) são microempresas segundo a classificação referida. No Brasil esse percentual ultrapassa os 90% do setor.

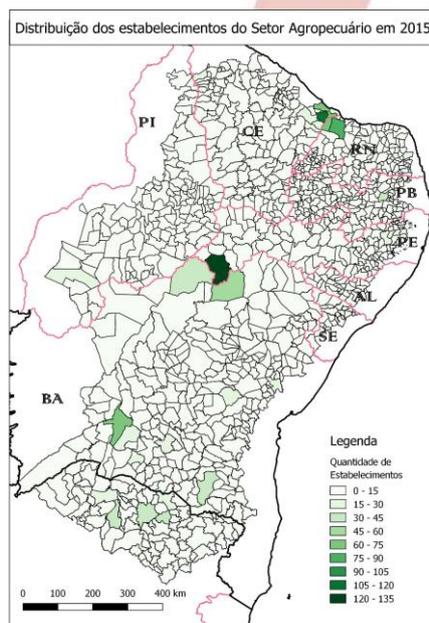
A pesquisa realizada aponta que indústria da construção de edifícios registrou no Nordeste uma alta concentração da atividade com ICN de 1,6, e foi responsável por pouco mais de 28% do emprego no grupo em nível nacional. A taxa de empregabilidade do setor na região, dividindo-se o número de empregos ativos pelo número de empresas foi da faixa de 13,18%, superior a do Brasil, de 9,9%. Ou seja, cada empresa registrada no Nordeste deste setor, tem uma média de 13 empregados, quatro a mais que o restante do país.



Mapa de elaboração própria utilizando software livre QGIS versão 2.18.10. Malhas extraídas do IBGE. Fonte de dados: CEMPRE.



Mapa de elaboração própria utilizando software livre QGIS versão 2.18.10. Malhas extraídas do IBGE. Fonte de dados: CEMPRE.



Mapa de elaboração própria utilizando software livre QGIS versão 2.18.10. Malhas extraídas do IBGE. Fonte de dados: CEMPRE.

**Figuras 2 - Distribuição dos empreendimentos nos municípios do semiárido brasileiro, segundo grandes setores em 2015.**

### 3 Conclusão ou considerações finais

A dependência internacional do Brasil, fruto mais de um rearranjo de grandes nações e capitais do que propriamente má qualificação do país para a produção, requer apresentação de novos números e nova roupagem da estrutura

produtiva nacional.

Ainda que contrários a essa dependência no jogo de definição de protagonistas e coadjuvantes no mercado internacional, além de ver se reproduzirem essas forças dentro das regiões no Brasil, é notório que uma reestruturação produtiva no país está longe de ser implementada, por diversos fatores que não serão expostos aqui mas cabe estudo posterior para revela-los.

De acordo com os dados apontados, a Região Nordeste ainda apresenta uma enorme dependência do setor de serviços e caminha para a especialização em alguns setores. A agropecuária permanece numa condição de dependência, relegado a atividades de pouco valor agregado ou de produção restrita a pequenos espaços, concentrando as de maior dinamismo no litoral e as de menor valor agregado destinado ao subespaço semiárido. Não seria surpresa verificar que o setor de serviços domina a estrutura produtiva no Nordeste e no semiárido, ressignificando o projeto do Nordeste alavancado pelo Relatório do GTDN, que não foi de todo utilizado nessa empreitada.

Se existe então uma tendência a setorização para o serviço, seria uma medida a se estudar serviços que alavanquem o desenvolvimento com melhorias mais aceleradas, como exemplo, os investimentos em P&D e em tecnologia e inovação. São ramificações que podem ser alternativas ao processo de desenvolvimento de uma região como o Nordeste, já que seu espaço é tão diversificado espacialmente, distante das zonas de exportação de manufaturas. Investimentos nesse setor bem como pesquisas no intento de desenvolver essas atividades poderiam nortear as políticas públicas.

Em relação à indústria, não houve alterações que assegurassem uma reestruturação produtiva a níveis significativos na região Nordeste, destinando aos espaços do litoral uma rele indústria voltada para a exportação. Enquanto no interior do Nordeste, uma indústria que poderia atender ao mercado interno, luta pela sobrevivência na geopolítica de dependência externa e fixa seus olhares no mercado internacional.

Há quem diga que essa visão voltada para fora vem do valor agregado alto dos produtos vendidos lá fora, diferentemente dos preços praticados no mercado nacional. A indústria manufatureira não tem participação ativa na composição empresarial no Nordeste nem no semiárido, pois em números absolutos e em geração de emprego, são ínfimas suas participações em relação ao Brasil. Potenciais não faltam para aproveitar este espaço sem perder as características centrais ou afetar ambientalmente a região. Portanto, os setores industriais que não utilizem de recursos naturais com

abundancia poderiam ser pensados para se instalar no interior do Nordeste promovendo o crescimento com mais espacialidade.

### Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, T. B. **As políticas públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios**. In: SANTOS JUNIOR et al. (Orgs.) Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.
- BRANDÃO, C. A. **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- DALLEMOLE, Dilamar et al. **O Arranjo Produtivo Local da Apicultura de Mato Grosso: evolução recente e necessidade de ajustes**. Revista de Estudos Sociais, v. 12, n. 24, p. 181-197, 2011.
- BRANDÃO, C. A. **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- CROCCO, M. A. et al. **METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS POTENCIAIS: UMA NOTA TÉCNICA**. Texto para discussão 191, 2003.
- CROCCO, M. A. et al. **Metodologia de identificação de aglomerações produtivas locais**. Nova Economia, v. 2, p. 211–241, 2006.
- FIORI, J. L. **A NOVA GEOPOLÍTICA DAS NAÇÕES e o lugar da China, Índia, Brasil e África do Sul**. OIKOS, v. 6, p. 77–106, 2007.
- GUIMARÃES NETO, L. **O NORDESTE, O PLANEJAMENTO REGIONAL E AS ARMADILHAS DA MACROECONOMIA**. In: Desigualdades Regionais. Salvador: SEI, 2004. p. 153–175.
- HARVEY, D. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo**. Tradução João Alexandre Peschansk. [s.l.] Boitempo Editora, 2011.
- IBGE. **MAPAS**. Disponível em: <<http://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais.html>>. Acesso em: 1 jun. 2017.
- MARIANI, J. **O longo amanhecer: Uma cinebiografia sobre Celso Furtado**. Brasil, 2004.
- MI. **Nova delimitação do Semiárido brasileiro**. Disponível em: <[http://www.mi.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=0aa2b9b5-aa4d-4b55-a6e1-82faf0762763&groupId=24915](http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=0aa2b9b5-aa4d-4b55-a6e1-82faf0762763&groupId=24915)>. Acesso em: 12 jul. 2017.
- SANTOS, J. **Tutorias para o QGIS 2.18**. Disponível em: <<http://www.processamentodigital.com.br/category/tutoriais/>>. Acesso em: 20 abr. 2017.
- SILVA, M. J. N. DA et al. **Análise comparativa da especialização da agropecuária nordestina e cearense a partir do índice de concentração normalizado ICN**. In: BARRETO, FLAVIO A. D. et al. (Eds.). Economia do Ceará em Debate. Fortaleza/CE: IPECE, 2015. p. 140–164.